

A SUA EXCELÊNCIA O PRESIDENTE DA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO
AUTÓNOMA DOS AÇORES

N/Refª RPIL013/2022

Ponta Delgada, 2022.03.17

**Assunto: REQUERIMENTO SOBRE OS CUSTOS ASSOCIADOS AO FUNCIONAMENTO DA ESTRUTURA
DE MISSÃO DOS AÇORES PARA O ESPAÇO**

Junto remetemos requerimento ao Governo sobre o assunto supramencionado.

Sem outro assunto de momento

O Deputado Regional

Assinado por: **NUNO ALBERTO BARATA ALMEIDA
SOUSA**
Num. de Identificação: 07317674
Data: 2022.03.17 14:24:01-01'00'



Nuno Alberto Barata Almeida E Sousa

REQUERIMENTO

CUSTOS ASSOCIADOS AO FUNCIONAMENTO DA ESTRUTURA DE MISSÃO DOS AÇORES PARA O ESPAÇO

Considerando que pela Resolução do Conselho do Governo n.º 5/2017, de 30 de janeiro de 2017, o XII Governo Regional dos Açores determinou criar uma estrutura de missão com o objetivo de gerir, administrar e coordenar todas as atividades científico-técnicas de índole aeroespacial que venham a desenvolvidas no arquipélago;

Considerando que a esta Estrutura de Missão compete potenciar o desenvolvimento de investigação científica que conduza à aquisição de novos conhecimentos, produtos, processos e serviços nos domínios da sua área de intervenção, promover, participar e coordenar atividades de investigação e desenvolvimento, projetos e programas científicos e tecnológicos nos seus domínios de atuação e reforçar a colaboração, articulação e promoção entre setores relevantes da economia e da investigação açoriana e instituições externas com o objetivo de garantir e acolher na Região projetos de natureza científica internacional de forma a selecionar fontes de financiamento tendo em vista a atividade científica e técnica relacionada com a temática do Espaço na Região;

Considerando que esta Estrutura de Missão é dirigida por um coordenador e dois vogais, nomeados por despacho do Presidente do Governo, por proposta do membro do governo competente em razão da matéria, à época, o Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, de entre trabalhadores com reconhecida competência técnica, aptidão e formação adequadas ao exercício da missão, com ou sem vínculo de emprego público, em regime de comissão de serviço;

Considerando que o coordenador, pelo exercício das suas funções, é remunerado por equiparação ao cargo de direção intermédia de 2.º grau da função pública, com direito às respetivas despesas de representação, e os vogais são remunerados pela 6.ª posição remuneratória, nível remuneratório 31, da carreira de técnico superior, da tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas;

Considerando que, no âmbito da estrutura de missão, podem ser recrutados, através do mecanismo de mobilidade pessoal, trabalhadores pertencentes aos quadros dos serviços e organismos da administração pública central, regional e local, e, excecionalmente, em casos devidamente fundamentados, podendo ser celebrados contratos individuais de trabalho a termo certo, até ao máximo de oito, sendo o termo o prazo do mandato da estrutura de missão;

Considerando que, pelo Despacho n.º 339/2017, de 16 de Fevereiro, o XII Governo Regional nomeou para a estrutura de missão, como Coordenador, o Engenheiro Luís Ramalhais dos Santos (licenciado em Engenharia Eletrotécnica do Ramo da Eletrónica e Telecomunicações, técnico superior do quadro regional da ilha de São Miguel, afeto à Direção Regional das Obras Públicas e Comunicações) e para vogais o Doutor Francisco Luís Wallenstein Faria e Maia de Macedo (Doutorado em Biologia Marinha, da Ciência e Tecnologia, técnico superior do quadro regional da ilha de São Miguel, afeto à Direção Regional da Ciência e Tecnologia) e a Engenheira Sara de Viveiros Pavão (licenciada em Engenharia e Gestão Industrial);

Considerando que, pelo Despacho n.º 2469/2017, de 16 de outubro, paralelamente e em regime de acumulação de funções, o Doutor Francisco Luís Wallenstein Faria e Maia de Macedo e a Engenheira Sara de Viveiros Pavão, vogais da estrutura de missão, foram nomeados também membros do Comité Executivo da RAEGE (Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas e Espaciais);

Considerando que, ainda antes de terminarem o seu primeiro mandato na estrutura de missão (termo da nomeação era 31 de dezembro de 2020), o Doutor Francisco Luís Wallenstein Faria e Maia de Macedo assumiu funções de Diretor Adjunto da RAEGE, sendo necessário encontrar um novo membro para o Comité executivo daquela Rede, tendo a escolha do Governo Regional recaído, por via do Despacho n.º 772/2020, de 18 de maio, na nomeação do Engenheiro Luís Ramalhais dos Santos, também nomeado Coordenador da Estrutura de Missão dos Açores para o Espaço;

Considerando que os encargos associados ao desempenho das funções dos membros da Estrutura de Missão dos Açores para o Espaço, bem como dos membros nomeados para a RAEGE são suportados pelo orçamento da Direção Regional da Ciência e Tecnologia;

Considerando que, pela Resolução do Conselho do Governo n.º 4/2021, de 8 de janeiro, já o XIII Governo Regional determinou prorrogar, por mais um ano, o mandato da Estrutura de Missão dos Açores para o Espaço, sendo acertado que a estrutura de missão passava para a dependência direta da Secretária Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital e que, pelo exercício das suas funções, o coordenador é remunerado por equiparação ao cargo de direção intermédia de 2.º grau da carreira dirigente da Administração Pública, com direito às respetivas despesas de representação, e os vogais são remunerados pelo nível remuneratório 31 da tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas;

Considerando que passou a prever-se, a partir da determinação da prorrogação da estrutura de missão, que as deslocações do coordenador e dos vogais eram enquadráveis ao abrigo da Portaria n.º 1553 – D/2008, de 31 de dezembro, que procedeu à revisão anual das tabelas de ajudas de custo, subsídios de refeição e de viagem, bem como dos suplementos remuneratórios, para os trabalhadores em funções públicas, sendo todo o apoio logístico, os encargos com remunerações e ajudas de custo e os encargos com o transporte e alojamento decorrentes das deslocações efetuadas pelos nomeados, prestado pela Direção Regional da Ciência e Transição Digital;

Considerando que, pelo Despacho n.º 361/2021, de 22 de fevereiro, no âmbito da prorrogação da estrutura de missão, o XIII Governo Regional dos Açores reconduziu nos cargos de coordenador e vogais exatamente os mesmos responsáveis que tinham sido nomeados pelo Governo Regional anterior;

Considerando que, pela Resolução do Conselho do Governo n.º 293/2021, de 21 de dezembro, o XIII Governo Regional voltou a prorrogar o mandato da Estrutura de Missão dos Açores para o Espaço, determinando ainda que o coordenador, pelo exercício das suas funções, passa a ser remunerado por equiparação ao cargo de direção intermédia de 1.º grau da carreira dirigente da Administração Pública, com direito às respetivas despesas de representação e os vogais remunerados pelo nível remuneratório 35 da tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas, aplicando-se o regime de deslocação e ajudas de custo;

Considerando que, pelo Despacho n.º 56/2022, de 18 de janeiro, o XIII Governo Regional voltou a nomear para a Estrutura de Missão dos Açores para o Espaço, o Engenheiro Luís Ramalhais dos Santos, como Coordenador, a Engenheira Sara de Viveiros Pavão e o Doutor Francisco Luís Wallenstein Faria e Maia de Macedo, como vogais;

Considerando que, bastas vezes, têm surgido críticas dos principais setores económicos da ilha de Santa Maria relativamente aos atrasos registados na concretização do projeto do Porto Espacial, inicialmente previsto ser assinado em junho de 2019, prevendo-se que os primeiros lançamentos de pequenos satélites ocorressem no verão de 2021;

Considerando que, muito recentemente, a Secretária Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital, veio responsabilizar o anterior Governo Regional pelos atrasos registados, sem colocar em causa os responsáveis pela Estrutura de Missão, nomeados pelo anterior Governo e reconduzidos pelo atual Governo Regional;

Considerando, por fim, que o Governo Regional, através da sua tutela, revelou ainda recentemente, que *“através da Estrutura de Missão dos Açores para o Espaço, tem trabalhado com especialistas em matéria jurídica e espacial, no sentido de encontrar o modelo adequado para o novo concurso, cujos pressupostos e respetivo caderno de encargos estão a ser ultimados”*;

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal requerer os seguintes esclarecimentos:

1. Desde a sua primeira nomeação, quanto custou à Região o pagamento dos encargos com as remunerações do Coordenador e dos Vogais da Estrutura de Missão dos Açores para o Espaço, incluindo os valores associados às despesas de representação pagas ao Coordenador, discriminando os valores por ano?
2. Desde a sua primeira nomeação, quanto custou à Região o pagamento dos encargos com viagens, alojamentos e ajudas de custo pagas aos membros da Estrutura de Missão dos Açores para o Espaço, discriminando os valores por deslocação?
3. Que razões justificam a recondução, pelo XIII Governo Regional, dos mesmos membros da Estrutura de Missão dos Açores para o Espaço?
4. Foram, conforme previsto no âmbito da estrutura de missão, recrutados trabalhadores pertencentes aos quadros dos serviços e organismos da administração pública central, regional e local e/ou celebrados contratos individuais de trabalho a termo certo com objetivo de prestar apoio na concretização dos objetivos definidos para a referida estrutura?

5. Em caso afirmativo, quantos foram recrutados ou contratados e, em quanto, estas prestações oneraram os custos de funcionamento da Estrutura de Missão dos Açores para o Espaço?
6. Que razões relativas ao atraso de todo o processo do Porto Espacial de Santa Maria são claramente imputadas ao XII Governo Regional e às quais os membros da Estrutura de Missão são alheios ou não podem ser responsabilizados?
7. Qual o valor dos honorários cobrados pelos referidos “*especialistas em matéria jurídica e espacial*”, para a elaboração dos documentos adequados para o lançamento do novo concurso para a construção do Porto Espacial na ilha de Santa Maria?

Açores, 17 de março de 2022

O Deputado Regional,

Assinado por : **NUNO ALBERTO BARATA ALMEIDA**

SOUSA

Num. de Identificação: 07317674

Data: 2022.03.17 14:24:44-01'00'



Nuno Alberto Barata Almeida E Sousa